

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 417 - Brasília, quinta-feira, 6 de março de 1997



Júnia Marise preside a sessão do Congresso em comemoração ao Dia Internacional da Mulher

## Sessão solene em homenagem ao Dia da Mulher

A marcante presença feminina no Parlamento é um dos sinais mais significativos de que já existe no Brasil uma consciência coletiva da importância da mulher, afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães ao presidir ontem a sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher. Discursaram também as senadoras Benedita da Silva, Marluce Pinto, Emília Fernandes e Júnia Marise, além dos senadores Lúcio Alcântara, Edison Lobão e Artur da Távola. **Páginas 4 e 5**

## Plenário começa a discutir solução para MPs no dia 12

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem aos senadores que o plenário começará a discutir no próximo dia 12, para votação, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a propostas de emendas constitucionais que propõem mudanças na edição de medidas provisórias.

Aprovado pela CCJ em dezembro último, o substitutivo amplia de 30 para 60 dias o prazo de vigência de uma MP e cria uma comissão mista de deputados e senadores para analisar exclusivamente as medidas provisórias. O substitutivo estabelece também que, se uma MP não for votada em 60 dias pelos deputados e senadores (em sessões separadas), ela entrará em regime de urgência, com prioridade de votação.

# Senado aprova região metropolitana do DF

*Intenção é viabilizar um plano de desenvolvimento integrado que reduza a pobreza dos municípios do chamado Entorno de Brasília*

O governo federal poderá criar a Região Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, formada pelo DF, 19 municípios de Goiás e um de Minas Gerais. A autorização, prevista em um projeto dos senadores José Roberto Arruda e Iris Rezende, foi aprovada ontem pelo plenário do Senado.

Ao defender a proposta,

Iris Rezende afirmou que deverá ser elaborado um plano de desenvolvimento integrado para a região. Já José Roberto Arruda entendeu que "não se pode ter uma Brasília bem atendida em serviços de infra-estrutura e rodeada de cidades pobres". A proposta agora será encaminhada à Câmara dos Deputados. **Página 7**

## NESTA EDIÇÃO

**Rodo-hidrovia é "obra do século", afirma Ademir**

Página 8

**Cabral é eleito para presidir a Comissão de Justiça**

Página 2

## Disquetes contêm nomes de quem comprou títulos

Disquetes que revelam quais foram os bancos e fundos de pensão que compraram títulos públicos emitidos em 1995 e 1996 para o pagamento de débitos judiciais estão sendo analisados pela CPI dos Precatórios com a ajuda de técnicos do Banco Central. Ontem, a CPI reuniu-se em sessão secreta para ouvir quatro depoimentos. **Página 3**

# Cabral é o novo presidente da CCJ

Primeira das sete comissões permanentes a se instalar para os trabalhos do biênio 1997/1998 tem Ramez Tebet com vice e realiza reunião ordinária já na quarta-feira

## Rocha: Bloco vai combater projeto de FHC

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem a criação, na Câmara dos Deputados, do Bloco Parlamentar da Oposição, formado pelo PDT, PT e PC do B. O senador disse que o bloco, constituído por 84 parlamentares, é a quarta maior bancada naquela Casa do Congresso Nacional e "vai combater o projeto neoliberal de FHC".



Rocha

Rocha leu o manifesto "Em defesa da democracia e dos interesses nacionais" lançado pelo bloco. Segundo o documento, "a aprovação da emenda da reeleição visa tornar o poder político no Brasil mais autoritário e elitista".

Sebastião Rocha também congratulou o Tribunal de Justiça do Amapá pela eleição dos desembargadores Gilberto de Paula Pinheiro e Luís Carlos Gomes dos Santos para presidente e vice-presidente.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) foi eleito ontem, por unanimidade, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá como vice-presidente o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). A comissão, integrada por 23 membros titulares e igual número de suplentes, realiza reunião ordinária na próxima quarta-feira (dia 12). A CCJ é a primeira das sete comissões permanentes a se instalar para os trabalhos do biênio 1997/1998, quando se encerra a atual legislatura.

Como presidente, pretendo adotar uma linha de respeito ao Regimento, sem prejuízo da tramitação célere das matérias que vierem a julgamento da comissão - disse Cabral.



Bernardo Cabral: tramitação rápida de matérias

É atribuição da CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do plenário, por despacho da presidência ou por consulta de qual-

quer comissão. Também compete à CCJ emitir parecer, ressalvadas as atribuições das demais comissões, sobre a criação de estados e territórios, estado de defesa, escolhas de ministros de tribunais superiores, entre outras matérias.

## Júlio Campos propõe fim da Comissão de Orçamento

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) extingue a Comissão Mista de Orçamento e estabelece que as suas atribuições serão transferidas para as comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

As comissões permanentes, em reunião conjunta, examinarão o projeto orçamentário e a prestação de contas do presidente da República. Seriam constituídas comissões mistas temáticas, com atribuições regimentais nas respectivas áreas de atividade, para examinar as propostas orçamentárias setoriais.

De acordo com a proposição, a uma Comissão Parlamentar Mista de Sistematização Orçamentária caberá consolidar e adequar as propostas setoriais, antes da votação nas duas Casas. Júlio Campos argumenta que a função da Comissão de Orçamento tem sido permanentemente questionada e a extinção do órgão vem sendo recomendada por diversos segmentos da sociedade.



Campos

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 12h - Recebe o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro  
 14h30 - Recebe o ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro de Luccena  
 15h - Participa de reunião com líderes partidários e do governo na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional  
 16h - Preside reunião da Mesa Diretora

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

### COMISSÕES

- 10h - Comissão Temporária para definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia  
 Pauta: Exposição do presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1563-2/97, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1566-1/97, que excepciona o contrato celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

16h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1531-3/97, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, institui normas para licitação e contratos da administração pública e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa



# Disquetes mostram quem comprou os títulos

*A partir da análise das informações repassadas pelo Banco Central, a CPI dos Precatórios definirá quais os dirigentes de bancos e de fundos de pensão que devem prestar depoimento*



Ney Suassuna

## Suassuna quer proibir estados de rolar papéis

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou ontem projeto de lei complementar que proíbe os governos dos estados de fazer a rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios. A proposição limita os empréstimos tomados pelos estados a título de antecipação de receitas orçamentárias, obrigando-os a colocar no orçamento anual dotações para o pagamento dos juros de suas dívidas.

O projeto regulamenta artigo da Constituição que trata da dívida pública externa e interna, da concessão de garantias pelas entidades públicas e da emissão e resgate de títulos da dívida pública. "O objetivo é definir as regras que levem ao equilíbrio fiscal, estabelecendo maior disciplina e eficiência dos governantes na gestão dos recursos públicos", afirmou o senador.

Segundo Ney Suassuna, o projeto reforça proibição já existente de os bancos estaduais concederem financiamentos aos governos de seus estados e de o Banco Central financiar o Tesouro Nacional e os governos dos estados. Estabelece ainda que essa instituição terá limites em suas operações de compra de títulos do Tesouro e propõe maior rigor na concessão de garantias da União à contratação de crédito por entidades públicas.

O senador acredita que essas medidas, se aprovadas, permitirão o controle da inflação a longo prazo e a redução da taxa de juros.

A CPI que apura irregularidades relacionadas à emissão e negociação de títulos estaduais e municipais recebeu ontem do Banco Central os disquetes que revelam quais foram os bancos e fundos de pensão que mais compraram papéis emitidos em 1995 e 1996 para o pagamento de precatórios (débitos judiciais). A informação é do relator da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), segundo o qual dois técnicos do Banco Central estão assessorando a CPI no exame desses disquetes.

A partir desse exame, disse o relator, a comissão definirá quais os dirigentes de bancos e de fundos de pensão que deverão ser convocados a explicar por que preferiram comprar



Roberto Requião

títulos de corretoras, ao invés de participarem dos leilões, na venda primária desses papéis, quando eles foram vendidos com um deságio bem mais vantajoso. A idéia de convocar bancos e fundos de pensão para essas explicações vem sendo defendida desde a semana passada pelo relator.

Requião também informou que é de US\$ 1 milhão o depó-

sito feito no banco Merrill Lynch, em Nova York, pelo ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo Wagner Baptista Ramos. Na opinião do senador, isso é apenas uma fração do que Wagner auferiu na negociação de títulos, "presumivelmente algo em torno de US\$ 40 milhões".

Segundo o presidente da CPI, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), providências já foram adotadas para o bloqueio dessa conta. A requerimento do senador Esperidião Amin (PPB-SC), Wagner Baptista Ramos foi reconvoado a depor na CPI, a fim de ser acareado com os dirigentes do banco Vetor e das corretoras Perfil e Divisa. A data ainda será marcada.

## Miranda contesta artigo da Folha

A CPI dos Precatórios reuniu-se em sessão secreta no início da noite de ontem para ouvir quatro depoentes suspeitos de terem lucrado com a emissão irregular de títulos públicos. Antes de iniciar-se a reunião, o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) pediu a palavra para ler artigo assinado por Fernando Rodrigues, na *Folha de S. Paulo*, segundo o qual ele "é uma das personagens mais misteriosas do Senado".

Ex-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Gilberto Miranda contestou o artigo e afirmou: "Não vou aceitar que coleguinhas façam esse tipo de insinuação". Ele sugeriu que a CPI deveria fazer uma sessão pública para que cada senador que tenha relatado pedido de emissão de títulos em 1995 e 1996 possa explicar por que fora favorável à autorização.

Gilberto Miranda também informou que dez processos



Gilberto Miranda

para esse tipo de autorização tramitaram pela CAE enquanto ele a presidia, oito dos quais com pedido de urgência. Disse que não estava presente quando da decisão sobre a emissão de títulos para Alagoas e sustentou que o processo mais demorado que conduziu relacionou-se com a emissão de letras para o município de São Paulo.

- O mais demorado foi o da prefeitura de São Paulo, porque eu pedi comprovante de tudo. E essa prefeitura não contratou banco, não contratou corretora e nem deu deságio.

Presidindo a reunião, o vice-presidente da CPI, Geraldo Melo (PSDB-RN), disse que à comissão não chegara qualquer informação envolvendo o nome de Gilberto Miranda, daí por que ele não deveria estar reagindo a algo que ali não se passara.

### DEPOIMENTOS

Em seguida, a CPI reuniu-se a portas fechadas para ouvir o depoimento de Sérgio Mounib Derneka, dono da SMJT, empresa que senadores acreditam ter-se instalado como uma fachada para auferir lucros obtidos com a venda dos títulos emitidos por Alagoas e Pernambuco. Seriam ouvidos depois Gerson Martins e Luiz Calábria, donos da corretora Perfil, e Enrico Picciotto, dono da corretora Split. Eles dirigem empresas que, apesar da pouca tradição no mercado financeiro, movimentaram enormes quantias na negociação de títulos.

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## Congresso coloca-se à frente de conquistas

*Presidente Antonio Carlos Magalhães diz que compromisso é prestigiar as mulheres em todos os setores de atividade, e de empenhar-se para que os demais Poderes façam o mesmo*

Ao presidir na manhã de ontem a sessão solene do Congresso Nacional em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que a presença marcante das mulheres no Parlamento é um dos sinais mais significativos de que já existe no Brasil uma consciência coletiva da importância da mulher.

Segundo o senador, o Congresso assumiu o compromisso de prestigiar as mulheres em todos os setores de atividade, e de empenhar-se para que os demais Poderes da República, e em especial o Executivo, adotem iniciativas no mesmo sentido.

Antonio Carlos Magalhães ressaltou o papel que a mulher vem desempenhando nos avanços conquistados pela sociedade brasileira nos últimos anos, sua ascensão a postos públicos importantes e a posições de relevo no comércio, na indústria e nas profissões.

O presidente do Congresso chamou para comporem a mesa da sessão a segunda vice-presidente do Senado, Júnia Marise, a vice-governadora de Brasília, Arlete Sampaio, a primeira-dama do Distrito Federal, Gladys Buarque, e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Cnéia Cimini Moreira de Oliveira.

Compareceram à sessão solene todas as seis senadoras - Benedita da Silva (PT-RJ), Emília Fernandes (PTB-RS), Júnia Marise (PDT-MG), Marina Silva (PT-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Regina Assumpção (PTB-MG) - e grande número de parlamentares, além de membros do corpo diplomático e de organizações internacionais, representantes de entidades de incentivo às mulheres, do setor feminino das Forças Armadas e do Corpo de Bombeiros do DF, que lotaram o plenário do Senado e as tribunas de honra e da imprensa.



Sessão do Congresso, ontem, homenageou a mulher brasileira

## A cada 4 minutos uma brasileira é agredida, diz Emília Fernandes

Em discurso na sessão de homenagem à mulher, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) denunciou ontem que no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida. A senadora defendeu a necessidade de o país dar um basta à violência - física ou psicológica - "que se abate sobre as mulheres, e que se materializa em assédio sexual, maus-tratos, estupros, assassinatos e outras formas de desrespeito à pessoa - no lar, no local de trabalho ou nas ruas".

Emília defendeu também a necessidade de a sociedade denunciar e punir com rigor todos aqueles, brasileiros ou estrangeiros, exploradores, empresas ou turistas que agredem sexualmente crianças e adoles-

centes, especialmente as meninas.

- Por outro lado, é urgente estancar o crescimento assustador da Aids, principalmente entre as mulheres, fazendo com que, atualmente, no Brasil, para 100 pessoas infectadas, 30 sejam mulheres, enquanto, em 1984, essa proporção era de apenas uma mulher para cada 100 portadores do vírus - com o agravante de que a maioria das atingidas são donas-de-casa - acrescentou.

Para a senadora, a sociedade brasileira não pode conviver com metade de sua população, pela sua condição de sexo, excluída do mercado de trabalho, e ocupando funções mais baixas na escala profissional.



Emília

## Para Marluce, é preciso cobrar a aplicação das leis

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse ontem que as mulheres têm de cobrar a aplicação das leis, sob pena de chegarem ao novo milênio sem ter seus direitos garantidos de fato. A senadora reconheceu que as leis não são discriminatórias, mas ainda não saíram do papel, razão pela qual a situação das mulheres continua "quase como antigamente".

Na sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que se comemora dia 8, sábado, Marluce utilizou dados das Nações Unidas para denunciar o quadro de injustiça em que a mulher vive no Brasil e no mundo. Conforme o relatório, disse ela, 70% dos pobres em todo o mundo são do sexo feminino.

O documento revela que o Brasil é o 58º país no que se refere à participação da mulher em postos de destaque na economia e na política. A média salarial das trabalhadoras brasileiras é 60% menor que a dos homens em serviços correlatos e a força de trabalho feminina representa 61% daqueles que recebem, no máximo, dois salários mínimos por mês.

Marluce considerou, no entanto, que houve avanços importantes na luta das mulheres contra as discriminações da sociedade. Ela lembrou que uma de suas grandes satisfações foi ter entregue o primeiro título de propriedade de terra a uma mulher em Roraima, "porque, antes, só os homens podiam obter esse documento".



Marluce



## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## Júnia afirma que revolução está apenas começando

*"O que desejamos é partilhar de uma maneira mais justa e eqüitativa as responsabilidades do processo de desenvolvimento sócio-econômico para a conquista da justiça social"*

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que a busca da igualdade de direitos e de condições para homens e mulheres deve pressupor a luta por uma sociedade, efetivamente e em todos os sentidos, mais igualitária. Ela presidiu parte da sessão comemorativa realizada pelo Congresso Nacional para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

Segundo Júnia Marise, que é 2ª vice-presidente do Senado, e dirigiu parte da sessão solene, o que as mulheres desejam, "sem provocações", é partilhar de uma maneira mais justa e eqüitativa as responsabilidades do processo de desenvolvimento sócio-econômico para a conquista da justiça social. A



Júnia Marise

seu ver, "a revolução da mulher está apenas no início", e a contribuição delas é fundamental para a construção de um mundo melhor.

Entre os exemplos de conquistas obtidas pelas mulheres brasileiras no ano passado, Júnia Marise citou a aprovação de projeto de sua autoria que possibilitou a parti-

cipação maior das mulheres como candidatas a cargos eletivos. A seu ver, ainda que o número de mulheres eleitas não tenha crescido muito, "a presença e a visibilidade" delas em campanha eleitoral nunca foi tão grande como em 1996, o que lhes valeu a conquista de importantes prefeituras e o aumento em 50% do número de vereadoras.

## Alcântara sugere campanhas de valorização

A realização de campanhas de valorização da mulher, para esclarecer-lhes sobre seus direitos, foi defendida ontem



Alcântara

pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao homenagear o Dia Internacional da Mulher. Conforme o senador, os orçamentos federais e estaduais "devem multiplicar em muitas vezes os recursos destinados a criar organismos de defesa da mulher, bem como centros de amparo contra a violência".

Lúcio Alcântara disse que, embora a luta pelos direitos da mulher já tenha conquistado espaços consideráveis, muito ainda precisa ser feito até alcançar-se o fim da discriminação sexual. Para ele, a Plataforma de Ação aprovada na Conferência Mundial de Beijing (China) oferece subsídios para a adoção de políticas públicas no Brasil.

Segundo o senador, a discriminação contra as mulheres é particularmente mais grave quando atinge as das classes populares que precisam trabalhar para manter a família, sem deixar de cumprir as tarefas de dona-de-casa.

## Benedita lembra que atuação na política começou com Chica da Silva

A ex-escrava Chica da Silva, "símbolo da dignidade da raça negra e uma das precursoras da atuação da mulher na política e no poder", foi a personalidade feminina homenageada pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

A senadora enalteceu, também, a luta pela emancipação da mulher e as vitórias conseguidas pela bancada feminina do Congresso.

- Imagino que poucas pessoas conheçam a biografia de Chica da Silva e sua contribuição como a mulher negra que



Benedita

teve fundamental influência política na cidade de Diamantina do século XVIII - disse Benedita da Silva. A senadora lamentou que Chica da Silva seja conhecida, pela maioria, apenas como "a escrava que conseguiu liberdade graças à sua sensualidade e sexualidade".

Ao contrário da lenda, lembrou a senadora que a verdadeira Chica da Silva foi a libertadora de inúmeros escravos e contribuiu, pessoalmente, com o financiamento da Inconfidência Mineira.

## Artur da Távola só crê em justiça social com a emancipação plena das mulheres

Uma sociedade muito mais justa e equânime, na opinião do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), só será obtida com a total emancipação da mulher. O senador foi escolhido para falar, em nome de seu partido, na sessão especial do Congresso pelo Dia Internacional da Mulher.

Távola destacou a libertação da mulher, no século XX, nos planos psicológico, político e espiritual: "o uso libertário

do próprio corpo, o exercício da igualdade de direitos - bandeira fundamental do movimento feminino - e a escolha livre da fé".

O senador sugeriu uma série de medidas cuja aplicação, a seu ver, consolidariam as conquistas femininas, entre as quais o direito à igualdade salarial no trabalho e a inserção dos problemas ligados à concepção e à maternidade nos projetos globais de saúde.



Távola

## Lobão destaca batalha em prol da cidadania

Falando em nome do PFL, o senador Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou a "luta heróica, intrépida, difícil e continuada das mulheres, em todo o mundo, para conquistar passo a passo o reconhecimento da sua cidadania", e comemorou a conquista de "novos espaços para sua libertação de injustos e seculares jugos senhoriais".

Lobão lembrou os percalços enfrentados através dos séculos por mulheres que deixaram seus nomes na História, como Joana D'Arc, Indira Gandhi, Golda Meir, Margareth Thatcher, Marie Curie. No Brasil de hoje, enfatizou o exemplo da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, "cujo tino político e êxito na realização de uma boa administração já ultrapassaram os limites do estado".

O senador sustentou que "o Brasil apresenta-se na atualidade como uma das nações que mais tem amparado as reivindicações femininas", mas admitiu que "muito ainda tem de ser superado e conquistado", especialmente situações discriminatórias como o pagamento à mulher de salários inferiores aos dos homens.



Lobão



# ACM apóia a ampliação do voto eletrônico

Presidente do Senado promete levar pleito do TSE ao presidente da República e defender a alocação de recursos para informatizar a votação nas cidades com mais de 20 mil eleitores



Ronaldo Cunha Lima

## Ronaldo Cunha Lima homenageia Raimundo Asfora

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) lembrou ontem os 10 anos da morte do poeta e político Raimundo Asfora, às vésperas de ser empossado no cargo de vice-governador da Paraíba. "Sua forma intensa de viver nos autoriza a lamentar a perda nacional de seu desaparecimento", afirmou.

Ronaldo disse que Asfora foi "o poeta romântico, senhor da madrugada no melhor estilo *belle époque*, ombreava um cidadão, político, engajado, com firmeza de propósitos e uma clivagem ideológica que nem a morte sobrepujou".

- Ele se matou. A hora escolhida foi numa certa madrugada. Exatamente à madrugada para quem dedicou toda a parte romântica e criadora de sua vida, reservou um instante para a morte. Esta morte com a qual brincava em motes aos repentistas nordestinos dizendo: "A morte está enganada / eu vou viver depois dela", disse o senador.

Depois de afirmar que "o sonho da reforma agrária é a forma de saudar" Raimundo Asfora nos dez anos de sua morte, Ronaldo Cunha Lima pediu a transcrição, nos Anais, de trechos de um discurso de Asfora na Assembléia Legislativa da Paraíba, no qual comentava a morte do camponês João Pedro Teixeira.

A bandeira do TSE para aprimorar as eleições e combater as fraudes será a bandeira do Senado e do Congresso durante a gestão do senador Antonio Carlos Magalhães na direção do Legislativo brasileiro. A informação é do ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que ontem esteve com ACM para pedir seu apoio ao projeto de ampliação do voto eletrônico nas eleições de 98. Ao custo de R\$ 160 milhões, a Justiça Eleitoral quer informatizar a votação em todas as cidades brasileiras com mais de 20 mil eleitores, num total de 1 mil e 30 municípios.

O presidente do Senado prometeu levar o pleito ao presidente da República e defender a alocação dos recursos. Do total da verba, R\$ 120 milhões seriam destinados à compra de mais 130 mil urnas eletrônicas, enquanto os R\$ 40 milhões restantes cobririam gastos com a aquisição de computadores e disquetes, além de treinamento de pessoal. Se a proposta for concretizada, 70



O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, visitou ontem ACM

dos 100 milhões de eleitores previstos para o pleito do ano que vem poderão votar por meio eletrônico.

A votação eletrônica, destacou Marco Aurélio Mello, provou seu valor na eleição de 96. Corrigidos problemas detectados no primeiro turno, já no segundo turno do pleito para escolha dos prefeitos das capitais foi possível fornecer os resultados no mesmo dia da eleição. "E isso sem falar nos benefícios com a redução das fraudes e erros a que o sistema tradicional de votação está sujeito", acrescentou o ministro.

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral e membro

do Supremo Tribunal Federal manifestou preocupação com a proposta de emenda constitucional em tramitação na Casa que estabelece o efeito vinculante para decisões tomadas pelo STF.

De acordo com o magistrado, o efeito vinculante "tira a independência do julgador e acabaria engessando o direito".

O presidente do Senado, segundo o ministro, ficou de avaliar os argumentos apresentados. Marco Aurélio Mello cumprimentou Antonio Carlos Magalhães por sua eleição para a presidência da Casa.

## Roberto Freire considera positivo ajuste administrativo do Senado

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou ontem que vê como altamente positivas as medidas administrativas tomadas pela Mesa da Casa. Ele anunciou que, como "contribuição pessoal", apresentará requerimento para a inserção na ordem do dia de projeto de resolução que prevê a extinção do Senado.

Para o senador, o processo de "ajuste administrativo" poderia ser mais demo-



Roberto Freire

cratizado, integrando a participação dos funcionários nas discussões sobre as medidas a serem tomadas.

Roberto Freire também so-

licitou que a Mesa leve em consideração denúncia feita ontem em nota da coluna "Painel", do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual a terceirização de atividades do Senado está significando custos e, "talvez, benefícios indevidos às locadoras de mão-de-obra". Conforme a nota, as empresas recebem cerca de sete salários por empregado, sendo que os salários pagos não ultrapassam um salário e meio.

# DF poderá ter região metropolitana

É o que prevê projeto aprovado ontem pelo Senado. A proposta autoriza a União a instituir um fundo complementar de desenvolvimento que financiará programas e projetos prioritários



Antonio Carlos Valadares

## TCU não dá laudo conclusivo sobre o Sivam

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) informou ontem que, em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o projeto Sivam, a própria equipe de inspeção considerou prejudicada, em relatório final, sua avaliação sobre a necessidade de mudanças nas quantidades e preços de equipamentos e serviços. Para ele, as mudanças foram feitas "à revelia do Senado e do TCU".

Conforme o relatório do TCU lido pelo senador, os auditores afirmam não terem tido condições de opinar "em virtude de não possuir profissionais com a especialização técnica requerida".

Valadares também considerou "muito grave" o fato de o contrato de financiamento entre o governo e a Raytheon, a ser assinado até a próxima segunda-feira (dia 10), implicar o aval da União através da emissão de promissórias. Pela Resolução nº 96 do Senado Federal, a União "não pode assumir compromissos com fornecedores mediante a emissão de promissórias", disse. Na sua opinião, este é um empecilho jurídico à assinatura do contrato.

Quanto às mudanças realizadas entre julho de 1994, quando a Raytheon foi selecionada, e a assinatura do contrato comercial, em 1996, Valadares reiterou que elas são profundas e exigem uma análise sobre sua consistência técnica.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei complementar de autoria dos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Iris Rezende (PMDB-GO) que autoriza o governo federal a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, formada pelo DF, 19 municípios de Goiás e um de Minas Gerais.

A proposta autoriza também a União a instituir um Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que financiará programas e projetos prioritários da região. A área metropolitana terá 2,34 milhões de habitantes, sendo 1,8 milhão do DF e 540 mil dos 20 municípios vizinhos.

- A área metropolitana é o



Arruda



Iris

caminho que temos para evitar que os municípios próximos do DF se transformem em uma Baixada Fluminense. Com ela, poderá ser feito um Plano de Desenvolvimento Integrado, beneficiando também quase 600 mil pessoas que moram ao redor de Brasília - afirmou o senador Iris Rezende, ao defender a proposição.

Já o senador José Roberto Arruda disse que "não se pode ter uma Brasília bem atendida em serviços de infra-estrutura rodeada de cidades pobres".

- Com o Plano de Desenvol-

vimento Integrado poderemos atrair indústrias para essa região metropolitana, poderemos melhorar os sistemas de saúde, de educação e de segurança das áreas próximas do DF - ponderou José Roberto Arruda.

No DF, 75% da população contam com esgoto sanitário, enquanto nos municípios próximos só 11% têm esse serviço.

O relator do projeto de lei complementar, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lamentou que o governo federal esteja se descuidando dos problemas das áreas metropolitanas "de um país que se torna cada vez mais urbano". O projeto de lei complementar foi aprovado por 69 votos a favor, um contra e uma abstenção. Agora, o projeto será encaminhado à votação na Câmara dos Deputados.

## Nabor vai cobrar apoio prometido a seringueiros

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse ontem que ficará atento ao cumprimento das promessas de apoio à cultura da borracha feitas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em encontro com membros do Conselho Nacional dos Seringueiros e autoridades ligadas à heveicultura amazônica.

Nesse encontro, de acordo com o senador, o governo se comprometeu a executar o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Amazônia (Prodex), destinando o montante de R\$ 24 milhões a uma linha especial de crédito para o setor borracheiro.



Nabor Júnior

Segundo Nabor Júnior, ainda houve a promessa de respaldar os custos ambientais decorrentes de dois mecanismos legais de proteção à borracha nativa da região: o contingenciamento das importações - que obrigará o setor industrial a consumir, primeiro, a borracha natural amazônica - e um trabalho de aproximação dos preços,

buscando equiparar os custos do insumo importado aos nacionais.

Nabor quer que o governo volte a estimular a economia gumífera, principalmente através do combate à concorrência desigual e predatória das empresas internacionais.

## Aprovadas contas de 92 de Itamar

O plenário do Senado acolheu ontem projeto de decreto legislativo que aprova as contas do dia 29 de setembro ao dia 31 de dezembro de 1992 do governo Itamar Franco. Foram os primeiros três meses da administração Itamar Franco, após a renúncia de Fernando Collor de Mello. Os senadores concordaram com parecer do deputado Paulo Gouvêa, da Comissão Mista de Orçamento. As contas ainda têm de ser votadas pelos deputados.



## Emília pede a redução de dívidas dos municípios

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu ontem o apoio dos senadores às propostas de renegociação das dívidas dos municípios para com o INSS, sugeridas pela Frente Parlamentar Municipalista e pela Associação Brasileira dos Municípios.

Emília solicitou também à presidência da Mesa que seja encaminhada correspondência ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, solicitando uma audiência para que a comissão formada no Legislativo com esse fim discuta a questão. Segundo a senadora, a frente parlamentar e a associação apresentaram quatro propostas ao ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, mas ainda não houve uma resposta.

Entre as propostas apresentadas, ela destacou a sugestão de que o prazo abrangido pela renegociação dessas dívidas municipais seja a partir de 31 de dezembro de 1992. Os parlamentares querem que o percentual de retenção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não seja acrescido com a incorporação das dívidas mais recentes, uma vez que, dos 564 municípios que aderiram à renegociação anterior, apenas 28 conseguiram manter-se em dia, o que evidencia a crise que atinge as finanças municipais.

# Ademir defende rodo-hidrovia

*Ligação de Alta Floresta a Santarém é considerada pelo senador "uma das obras mais importantes do século" para três estados*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que a rodo-hidrovia do Tapajós é uma das obras "mais importantes do século" para o sudoeste do Pará, norte do Mato Grosso e sudeste do Amazonas. Segundo ele, o projeto consiste na construção de uma rodovia ligando Alta Floresta (MT) a Jacareacanga (PA) e na utilização do rio Tapajós, como hidrovia, de Jacareacanga até Santarém (PA).

A rodo-hidrovia permitirá o desenvolvimento de novas fran-



Ademir

teiras agrícolas no Centro-Oeste e no Pará, criando novos mercados de trabalho ligados à agricultura e à agroindústria, aumentando as oportunidades empresariais e comerciais na sua área de influência e promovendo o desenvolvimento da região - disse.

Conforme o senador, 180 quilômetros da rodovia entre Alta Floresta e Jacareacanga já foram concluídos, e o custo total do projeto é de 254 milhões de dólares. "A ideia nasceu da iniciativa privada, que está investindo recursos pró-

prios, por enxergar essa região como nova fronteira de desenvolvimento", ressaltou.

Ademir destacou que a construção da rodo-hidrovia do Tapajós está inserida em um "criativo e ambicioso" projeto de colonização do Codesup no sudoeste do Pará, em terras devolutas do estado - a Gleba Tapajós.

Segundo ele, são 938 áreas de 2,5 mil ha para fazendas de médio porte, 6 mil lotes de 50 ha para assentamento de famílias de agricultores tradicionais, englobando 26 agrovilas, duas cidades e duas reservas agroecológicas e ambientalistas.

## Jonas Pinheiro alerta o governo para crise enfrentada pelo algodão

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ao governo para que sejam adotadas, com urgência, medidas com vistas à recuperação da cultura algodoeira no país. Ele disse que o Brasil deve tornar-se este ano o maior importador mundial de algodão, com a compra de 522 mil toneladas. As facilidades para a importação do produto são, a seu ver, as principais responsáveis pela crise da cotonicultura brasileira.

O atual imposto de importação não protege a produção nacional e a elevada carga de subsídios embutida no algodão importado não tem sido neutralizada com a imposição de tarifas compensatórias - sustentou Jonas Pinheiro. O senador observou que a taxa para importação do algodão em pluma está fixada em 3%, com prazos de 12 meses, em média, e juros de 6 a 8% ao ano.



Jonas Pinheiro

Em aparte, Júlio Campos (PFL-MT) disse que o governo precisa abrir os olhos para o problema do algodão. Já Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou que a questão da borracha é mais séria. E Ernandes Amorim (PPB-RO) frisou que o governo deveria facilitar a comercialização da borracha, através de estoques reguladores.

A Sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ronaldo Cunha Lima e Flaviano Melo

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - **Brasília - DF**

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado** - José do Carmo Andrade  
**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação** - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho  
**Fotos** - Célio Azevedo, Marcia Kalume, Adão Nascimento e Jane Araújo  
**Revisão** - Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.